



Claudia das Chagas Prodossimo
(Organizadora)

Música: Circunstâncias Naturais e Sociais

Atena
Editora
Ano 2019

Claudia das Chagas Prodossimo

(Organizadora)

Música: Circunstâncias Naturais e Sociais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| M987 | Música [recurso eletrônico] : circunstâncias naturais e sociais / Organizadora Claudia das Chagas Prodossimo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-484-9 DOI 10.22533/at.ed.849191207 1. Música – Pesquisa – Brasil. 2. Comunicação e expressão. I. Prodossimo, Claudia das Chagas. CDD 784.5 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O *e-book* intitulado “Música: Circunstâncias Naturais e Sociais” reúne pesquisas que abordam a música em suas diversas manifestações. Sabe-se que a música e seus elementos permeiam a vida do homem desde os primórdios da civilização, adquirindo funções variadas como comunicação, expressão, rituais de cura, entre outros. A música também é considerada como a manifestação artística que estimula mais áreas do cérebro simultaneamente, para quem ouve e, mais ainda, para quem pratica.

Desde então, muito se descobriu sobre os benefícios da aplicação da música enquanto ferramenta de socialização, comunicação, estimulação, em se tratando de aspectos físicos e fisiológicos, cognitivos, emocionais e relacionais.

Neste *e-book* pode-se ver a amplitude de pesquisas relacionadas à música, desde uma análise técnica relacionada a performance e estética até o seu uso terapêutico.

A primeira seção traz artigos que relacionam a prática de música à área educacional, pensando em modelos de ensino, contribuições para a formação do professor e seu uso tanto na educação a distância quanto na infantil, tratando do contexto mais amplo da educação e ainda de aspectos tecnológicos envolvidos no ensino específico da música.

Na sequência, ‘Estética e Performance Musical’ dedica-se a explorar aspectos envolvidos na composição e execução de peças, considerando o processo criativo, a relação entre os elementos musicais, questões técnicas e a própria performance enquanto experiência estética.

A terceira seção ajuda a reconhecer a importância da música como instrumento de socialização, pois, em sendo uma forma de expressão, permite que o homem se comunique e se relacione com o seu meio. Os artigos aqui reunidos exploram questões culturais que constituem e são constituídas nessa relação homem-comunidade, abordando elementos expressivos e perceptivos, competitividade *versus* integração, música como memória cultural, reflexões sobre gênero e sobre o pensamento enquanto força ativa e criativa.

Para finalizar, apresenta-se um artigo que enfatiza a utilização da música com enfoque terapêutico, sendo aplicada na estimulação cognitiva em um caso específico de demência.

Aos autores, fica o agradecimento pela produção e o desejo de que a busca pelo conhecimento continue sendo uma constante. Aos leitores, que este material seja provocativo e os incentive a também compartilhar suas experiências.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E INFORMAL: EM BUSCA DE NOVOS MODELOS | |
| Nathan Tejada de Podestá Sílvia Maria Pires Cabrera Berg | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912071 | |
| CAPÍTULO 2 | 9 |
| EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS EM ESCOLA QUE CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MÚSICA | |
| Mariana Lopes Junqueira Leomar Peruzzo Carla Carvalho | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912072 | |
| CAPÍTULO 3 | 15 |
| A MÚSICA E OUTRAS LINGUAGENS DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS | |
| Simone Cristiane Silveira Cintra Cristine Maria de Moura Sieben Rosinete Valdeci Schmitt Carmen Lúcia Nunes Vieira | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912073 | |
| CAPÍTULO 4 | 28 |
| CANTO CORAL VIRTUAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) | |
| Daniel Chris Amato Tânia Cristina de Assis Quintino Okubo | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912074 | |
| CAPÍTULO 5 | 40 |
| TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO MUSICAL: ASPECTOS NEGATIVOS | |
| Daniel Marcondes Gohn | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912075 | |
| CAPÍTULO 6 | 50 |
| PRÁTICA DE CONJUNTO NOS ESTÁGIOS INICIAIS DE FORMAÇÃO MUSICAL: UMA PROPOSTA INTEGRADORA | |
| Daniel Augusto Oliveira Machado | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912076 | |
| CAPÍTULO 7 | 58 |
| A ESCALA DUAL: DA AMBIGUIDADE MODAL À DUALIDADE EXPRESSIVA EM VIVALDI, BIZET E CHOSTAKÓVITCH | |
| Luciano de Freitas Camargo | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912077 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 69 |
| O CONCERTO PARA <i>HARMÔNICA</i> E <i>ORQUESTRA</i> DE HEITOR VILLA-LOBOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO FORMAL NO 1º MOVIMENTO | |
| Edson Tadeu de Queiroz Pinheiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912078 | |
| CAPÍTULO 9 | 87 |
| O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE <i>PONTEADO</i> , PEÇA PARA TRÊS VIOLÕES: EXPLORAÇÃO DE GESTOS INSTRUMENTAIS EM PERFORMANCE | |
| Ledice Fernandes Weiss Tiê Perrotta Campos | |
| DOI 10.22533/at.ed.8491912079 | |
| CAPÍTULO 10 | 98 |
| VILLA-LOBOS E O EXPERIMENTALISMO INSTRUMENTAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS TÉCNICAS ESTENDIDAS PARA CLARINETA EM SUA OBRA | |
| Diogo Maia Santos Luis Antonio Eugênio Afonso Daniel Aparecido de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120710 | |
| CAPÍTULO 11 | 115 |
| COLABORAÇÃO E ESTABILIDADE MORFOLÓGICA NO PROCESSO CRIATIVO DE <i>CHÃO DE OUTONO</i> | |
| Valentina Daldegan Davi Raubach Tuchtenhagen | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120711 | |
| CAPÍTULO 12 | 122 |
| DATANDO MÚSICA IMPRESSA: UM EXERCÍCIO A PARTIR DE DOCUMENTOS MUSICAIS DO ACERVO BALTHASAR DE FREITAS | |
| Rodrigo Alves da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120712 | |
| CAPÍTULO 13 | 132 |
| A HOMOGENEIDADE SONORA NO QUARTETO DE CORDAS: DIFERENTES ENFOQUES POSSÍVEIS | |
| Adonhiran Reis Emerson de Biaggi | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120713 | |
| CAPÍTULO 14 | 140 |
| ESTUDO SOBRE A PERFORMANCE PERCUSSIVA DA CIRANDA DE MANACAPURU | |
| Ygor Saunier Mafra Carneiro Monteiro Carlos Stasi Karine Aguiar de Sousa Saunier | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120714 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 149 |
| PEDAGOGIA DA PERFORMANCE E O CANTOR | |
| Daniele Briguente | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120715 | |
| CAPÍTULO 16 | 157 |
| A EXPERIÊNCIA DA ESCUTA MUSICAL DOS JOVENS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | |
| Consuelo Paulino Bylaardt | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120716 | |
| CAPÍTULO 17 | 166 |
| AMERICAN IDOL: UM OLHAR SOBRE O AMBIENTE COMPETITIVO EM REALITY SHOWS MUSICAIS | |
| Eduardo Silva Alves de Macedo | |
| Katarina Milena dos Santos Gadelha | |
| Pablo Cezar Laignier de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120717 | |
| CAPÍTULO 18 | 177 |
| ENTRE REPRODUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: UM PARALELO ENTRE NATUREZA-MORTA E TRANSCRIÇÃO MUSICAL A PARTIR DE LÉVI-STRAUSS E KURTÁG | |
| Max Packer | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120718 | |
| CAPÍTULO 19 | 191 |
| GENY MARCONDES, ARTISTA INTERDISCIPLINAR: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO | |
| Iracele Aparecida Vera Livero de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120719 | |
| CAPÍTULO 20 | 204 |
| SOBRE A IMAGEM DO PENSAMENTO EM DELEUZE E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA E A MÚSICA | |
| Bruno Maia de Azevedo Py | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120720 | |
| CAPÍTULO 21 | 217 |
| ENTRE OBJETOS E PERFORMANCES: REFLEXÕES SOBRE MÚSICA E MEMÓRIA | |
| Aline Azevedo | |
| Flavio Barbeitas | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120721 | |
| CAPÍTULO 22 | 229 |
| MEMÓRIA MUSICAL PRESERVADA NA DEMÊNCIA SEMÂNTICA: UM ESTUDO PRELIMINAR | |
| Cybelle Maria Veiga Loureiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.84919120722 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 237 |

EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E INFORMAL: EM BUSCA DE NOVOS MODELOS

Nathan Tejada de Podestá

Universidade de São Paulo, Departamento de Música, Escola de Comunicações e Artes.
São Paulo, SP.

Silvia Maria Pires Cabrera Berg

Universidade de São Paulo, Departamento de Música, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Ribeirão Preto, SP.

RESUMO: Mais de 40 anos após as transformações sociais que levaram à necessidade de partição da educação em formal, não-formal e informal as conceituações ainda não são consensuais entre os autores que as trabalham. Soma-se a isso o fato de que o desenvolvimento social e tecnológico impõe novas necessidades coletivas e individuais, implicando a inevitabilidade de se rever conceitos e repensar o papel da educação na atualidade. Conclui-se que os conceitos são limitados, mas que maior consciência dos diferentes sentidos que estes agregam pode favorecer a busca por novos modelos de análise e estruturação das práticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação formal, não-formal e informal; Aprendizagem e desenvolvimento; Modelos educacionais.

ABSTRACT: Over 40 years after the social changes that led to the need of separating

education into formal, non-formal and informal the concepts are still not consensual among the authors who work on them. In addition to this, social and technological development imposes new collective and individual needs implying the inevitability of revising such concepts and think the new role of education in today's society. We conclude that the concepts are limited but that a higher understanding of the different meanings they contain can favor the search for new models of educational practices analysis and organization.

KEYWORDS: Formal, Non-Formal and Informal Education; Learning and Development Processes; Educational Models.

1 | ORIGEM DA TERMINOLOGIA

De acordo com Smith (1996), a terminologia educação não-formal se tornou parte do discurso internacional no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando as políticas educacionais passaram a focar nas necessidades de grupos em desvantagem. Além disso, segundo Coombs (apud. Smith, 1996), havia naquela época uma preocupação sobre a inadequação dos currículos, a percepção de que crescimento econômico e educacional não estavam no mesmo patamar e de que os trabalhos e os

empregos não emergiam diretamente como um resultado dos esforços educacionais. Muitos países enfrentavam dificuldades políticas e econômicas para arcar com expansão da educação formal.

A percepção de que os sistemas de educação formal estavam se adaptando muito lentamente às mudanças socioeconômicas em curso levou ao entendimento de que a mudança deveria vir não apenas da escola, mas que deveria também envolver outros setores sociais de maneira mais ampla. Ao mesmo tempo, de acordo com Smith (1996), havia um movimento na UNESCO em direção às noções de “educação para a vida” e “sociedade da aprendizagem”. Desse movimento emergiu uma tripartição do sistema educacional em:

- - *Educação formal*: sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos, as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional;
- - *Educação não-formal*: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente, ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possuem objetivos de aprendizagem;
- - *Educação informal*: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos na experiência cotidiana e nas influências educativas de seu meio - na família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa.

Contudo, mais de 40 anos após as transformações sociais que levaram a essa tripartição, as conceituações ainda não são consensuais entre os autores que as trabalham. Soma-se a isso o fato de que o desenvolvimento social e tecnológico impõe novas necessidades coletivas e individuais, o que leva à premência de se rever conceitos e repensar o papel da educação na atualidade.

2 | A FALTA DE CONSENSO SOBRE O FORMAL, O NÃO-FORMAL E O INFORMAL

Uma análise da forma como alguns autores articulam as ideias de educação formal, não-formal e informal mostra que os termos não são consensuais. Gohn (2011) aborda a dimensão política da educação e pensa a intencionalidade como fator de separação entre a educação não-formal e a informal. Para ela, a *educação formal* é “A educação escolar, formal, oficial, desenvolvida nas escolas, ministradas por entidades públicas ou privadas” (GOHN, 2011, p. 105-106). A *educação informal* é a “(...) educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc.” (idem, p. 107). Esses processos, segundo a autora, resultam num tipo de educação *não intencional* em que se aprende

sobre assuntos diversos. Já na *educação não-formal* “existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e objetivos”. (GOHN, 2011, p.107). Assim, define educação não-formal como “ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” (idem, p.108) e destaca o papel político das ONGs nestes processos. Contudo, observa que os espaços onde acontecem estes processos de desenvolvimento são múltiplos, assim como suas formas de organização. Dessa forma, reflete sobre a coexistência do formal, não-formal e informal e procura analisar as características de cada contexto no que diz respeito às suas formas de ensinar e aprender.

Já Afonso (2001) opta por trabalhar com a dicotomia entre processos educativos *escolares* e processos educativos *não-escolares*, notando que este último abarca a educação não-formal e a informal. Reflete, contudo, que “(...) o campo da educação não-escolar (informal e não-formal) sempre coexistiu com o campo da educação escolar, sendo mesmo possível imaginar sinergias pedagógicas e complementaridades várias.” (AFONSO, 2001, p.31).

Wille (2005), ao revisar estes conceitos também destaca a existência de uma “interpenetração” entre a educação formal, não-formal e informal, observando uma imbricação e uma pluralidade, em um processo de formação que não se restringe à escola. Adota a terminologia, mas reflete, apoiada em Arroyo (2000) que: “estamos à procura de denominações mais precisas que dêem conta de contemplar toda essa diversidade” (ARROYO, 2000, apud. WILLE, 2005, p. 40).

Marandino (2017) questiona se ainda vale a pena pensar a segmentação entre educação formal, não-formal e informal. Para ela, as tentativas de definição dos termos têm promovido melhor compreensão sobre as práticas educativas desenvolvidas em diferentes instituições e organizações sociais e isso as justificariam. Propõe que as análises dos processos educacionais devem envolver a observação de seus propósitos, da forma de organização do conhecimento, do tempo de desenvolvimento das ações, da estrutura com que é organizada, das formas e dos agentes/sujeitos que controlam as práticas e da própria experiência e a intencionalidade que a fundamenta. Entretanto, admite que as experiências reais de educação e aprendizagem nem sempre se enquadram totalmente nessas definições e sugere que as categorias não devam ser vistas como processos estanques, mas que devemos considerar que os indivíduos realizam um continuum de atividades nos múltiplos espaços onde socializam.

Compreende-se que os conceitos fundem dois aspectos importantes da educação: um aspecto político e um aspecto cognitivo e podem, por conta disso, se tornar um pouco confusos. Eles podem ajudar a orientar a tentativa de compreensão dos processos educativos que acontecem em espaços distintos, mas não dão conta da totalidade das relações de aprendizagem que se podem estabelecer em um espaço, nem da dinâmica e da multiplicidade do processo de formação individual. Já pude destacar anteriormente que:

Falar em processos de aprendizagem e em formação é também falar em educação e envolve considerar um aspecto cognitivo (referente ao desenvolvimento que o processo promove no indivíduo) e, também, um aspecto político e legislativo, que instrumentaliza a ordem pública, e é referente à educação formal. Esse aspecto define a organização social, o papel da educação escolar nessa ordem e integra a realidade cultural dos indivíduos em sociedade, implicando em maiores ou menores possibilidades de acesso à educação musical formal, conforme ela se realize. (PODESTÁ, 2013, p. 200)

É justamente essa fusão que leva a percepção que as categorias não são precisas, porque elas não aprofundam a questão da forma de aprendizagem e do tipo de desenvolvimento que esta promove e ora podem estar se referindo a um aspecto, ora a outro.

3 | EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

O trabalho de Guy, Lahire e Thin (2001) indica uma alternativa para avaliar o tipo de desenvolvimento cognitivo que as diferentes práticas culturais promovem nos indivíduos. Os autores comparam a forma de organização de sociedades tribais (onde a escrita não está presente), com aquela observada em sociedades marcadas por uma forma escritural de desenvolvimento das relações sociais. Delimitam então a diferença entre um saber objetivado pela escrita e outro saber oral, demarcado pela experiência ágrafa, destacando o retorno que estes processos têm sobre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Podem implicar numa retomada crítica sobre o agir, numa relação mais distanciada, analítica e crítica sobre o conhecimento (que é propiciada pela escrita) e noutra relação em que os saberes não são objetivados e estão fundidos no “saber-fazer”, não estando dissociados do fazer, do agir: “não estão separados dos corpos e das múltiplas situações de sua utilização” (GUY, LAHIRE E THIN, 2001, p.22).

Para os autores a influência da escola sobre os modos de organização social é tamanha que a sociedade não consegue pensar o desenvolvimento dissociado dos parâmetros escolares. A forma escolar de desenvolvimento das relações sociais (marcada pela hierarquia, transmissão das relações de poder, separação entre o tempo da aprendizagem e o tempo da prática, categorização, sistematização e acumulação de saberes escritos) está tão consolidada na sociedade atual que perpassa as fronteiras da escola passando a organizar outros setores da vida pública e privada e, também, outros conteúdos que não são contemplados pela atividade escolar. Dessa forma eles argumentam que a escola pode se abrir para o exterior, porque o exterior também valoriza e socializa a forma escolar de desenvolvimento.

Uma análise das ideias apresentadas anteriormente mostra que há um processo *escolar* (considerado legítimo) e um processo *não-escolar* (considerado ilegítimo). O processo não-escolar pode estar *difuso* nas práticas culturais, ou ser *organizado*

segundo os mesmos critérios escritos que estruturam a atividade escolar. Além disso, eles podem acontecer de forma *deliberada* (onde o indivíduo conscientemente colhe e trabalha informações), ou de forma *não-intencional*, (onde o indivíduo é envolvido na atividade ou corrente de informações e acaba aprendendo sobre um determinado assunto mesmo que não tenha tido a intenção de aprender). Também que há uma *relação entre o nível de sistematização do processo e o desenvolvimento cognitivo* que ele promove no indivíduo em que: um processo de aprendizagem mais sistematizado deverá implicar maior consciência sobre a prática, compreensão abstrata e capacidade de verbalização sobre o fazer e um processo de aprendizagem menos sistematizado deverá implicar um conhecimento incorporado ao saber fazer, menor consciência, compreensão abstrata e menor capacidade de verbalização sobre a prática.

4 | REPENSANDO MODELOS EDUCACIONAIS NAS SOCIEDADES ATUAIS

Da mesma forma que o contexto econômico e cultural dos anos 1960 e 1970 colocou a necessidade de desenvolvimento da educação não-formal, a configuração social atual necessita revisar modelos educacionais dada a quantidade gigantesca quantidade de informações que devem ser processadas. Os termos sociedade complexa e sociedade hiper-complexa são utilizados por Qvortup e Jansen (apud. Berg, 2012), para descrever a complexidade das relações na sociedade atual.

A complexidade advém do fato de que a população “procura a realização de valores cognitivos [...] valores individuais que contribuem para a realização de valores coletivos [...] de modo que o crescimento individual seja um fator do crescimento coletivo”. (BERG, 2012, p.229). Essa característica se potencializa nas sociedades digital-cognitivas, ou hiper-cognitivas, dada as múltiplas opções, as múltiplas possibilidades a que o indivíduo pode se conectar e, também à arbitrariedade com que elas acontecem e se relacionam com o mundo. (Idem)

Para os autores, esse fenômeno gerou novas necessidades coletivas e individuais. Num nível coletivo a forma de organização se horizontaliza, já, “a nível pessoal o relacionamento com a complexidade direciona-se à sua capacidade de filtrar, usar e transformar as informações, convertendo-as, dessa maneira, em novas cadeias de conhecimentos.” (BERG, 2012, p.230). Nesse contexto, o caminho que o desenvolvimento social e tecnológico conduz, exige uma transformação nas formas de aprendizado e ensino, dos sistemas de educação e dos modelos de pesquisa e educação para que estes sejam compatíveis com as necessidades sociais.

Qvortup fala da necessidade de se desenvolver a competência do aprendizado - de “aprender a aprender e a reformular constantemente o próprio aprendizado.” Envolve saber interpretar e redefinir as próprias possibilidades de observação, comunicação e ação. Pré-requisito para a aprendizagem. (Idem, p.230) O autor fala ainda da competência da comunicação, a necessidade de aprender a formular o

comunicativo. Envolve a habilidade de comunicação, de observar, colocar-se no lugar do outro e relacionar a partir de um conhecimento aquilo que é pertinente. E, também, da competência da formulação – capacidade de observar e apontar os valores comuns de uma sociedade ou coletividade, mas que ainda não foram identificados como tal. E nesse sentido o indivíduo deve aprender a reformular o social dentro de e sobre um grupo social ou sociedade – refletindo, estabelecendo relações e formando opiniões.

Para o Qvortup, o sistema educacional não deve mais apenas armazenar e manter informações, mas propiciar o desenvolvimento de competências voltadas à pesquisa, à produção do conhecimento e à criação, seu patamar mais elevado. Assim, Qvortup (apud. Berg, 2012) propõe a seguinte sistematização:

| Forma de conhecimento | Estímulo | Qualificações | Resultados |
|-------------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------------|
| Habilidades | Estímulo de aprendizagem direto | Conhecimento factual | Efeito Proporcional |
| Competência (relevante) | Produção de conhecimento | Capacidade de reflexão | Efeito exponencial |
| Criação | Produção | Meta-Reflexão | Salto quântico |
| Cultura | Evolução Social | Sistemas de educação geral | Troca de paradigmas |

Os *estímulos de aprendizagem diretos* acontecem em salas de aula, ou outras formas de transferência, como, por exemplo, meios midiáticos. Os resultados são conhecimentos mensuráveis, diretamente proporcionais à quantidade de estímulo; A *competência relevante* envolve produzir, pensar e reinterpretar o conhecimento. O resultado é o desenvolvimento da capacidade de reflexão, que promove um efeito exponencial na capacidade de produzir e pensar o conhecimento; A *criação*, por sua vez, envolve conhecimentos profundos das categorias anteriores e, através da meta-reflexão, promove um salto quântico nas capacidades individuais e na relação com o conhecimento; Por fim, a *cultura* é o resultado da evolução social, da interação de diferentes camadas de comunicação contínua que estão ligadas na sociedade, ao meio e a forma de organização das instituições, que constitui uma cultura de aprendizagem.

É, nesse sentido, que Jansen também propõe uma redefinição do sistema escolar, com o propósito de formar profissionais que tenham talento capacidade e técnica suficiente para colher informações, filtrá-las, direcioná-las e aplica-las na resolução de problemas. Esse processo, como vimos, envolve repensar modelos e práticas educacionais e deve conduzir a uma redefinição do sistema escolar - ponto que devemos considerar que as fronteiras não são rígidas, mas se perpassam mutuamente.

5 | CONCLUSÃO

As tentativas de definição dos termos educação formal, não-formal e informal tem promovido um interessante debate sobre as práticas educativas desenvolvidas em diferentes instituições e organizações sociais. Entretanto, os conceitos são limitados, rígidos, engessados e não dão conta da dinâmica e da multiplicidade do processo de formação individual. Podem ser eficientes para explicar alguns tipos de relações pedagógicas que se desenvolvem em espaços específicos: seus níveis de organização e a legitimidade que lhes é atribuída numa dimensão política. Mas é necessário pensar outros modelos de análise para processos formativos individuais, bem como novas formas de se definir o sistema educacional e de se estruturar as práticas educativas.

Vê-se a necessidade de analisar os processos em movimento, considerar a não-linearidade desses processos e a existência de múltiplas formas de aprendizagem que promovem o desenvolvimento cultural dos indivíduos. Assim, uma investigação mais profunda das relações entre os tipos de aprendizagem e os tipos de conhecimento que estes desenvolvem – em que contam o nível de sistematização das práticas - pode favorecer maior compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo que cada processo promove.

Ao mesmo tempo, a complexidade da organização social atual implica que apenas a partição da educação em diferentes esferas, com a promoção da educação não-formal, não seja mais suficiente, mas que é necessário repensar suas estruturas, no sentido de atender as demandas colocadas pelas sociedades complexas e hiper-complexas e ao alto nível de circulação de informações produzidos por essas sociedades. Destaca-se um papel ativo para o aprendiz e a necessidade de estimular o desenvolvimento de competências que conduzam a uma maior autonomia, à capacidade de pesquisar, selecionar, extrair e interpretar informações, avaliar, relacionar, adaptar, produzir e criar. Essa constatação implica a premência de revisão das práticas e das políticas educacionais, de reorganização e redistribuição de recursos e de desenvolvimento novas ferramentas de ensino e avaliação, evocando a emergência de maiores debates sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Os lugares da educação** IN *Educação não-formal: cenários da criação*. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, Margareth Brandini Park e Renata Sidero Fernandes. (orgs.) Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001. (p.29-38).

BERG, Silvia Cabrera. **Estratégias de ensino e ferramentas de pedagógicas segundo os modelos propostos por Jansen e Qvortup**. In: *Memorandum: memória e história em psicologia*, v. 23. p. 228 - 235 Ribeirão Preto, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor**. 5ª edição, v. 26. São Paulo: Cortez, 2011.

LAHIRE, Bernard., GUY, Vincent., THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar.** In: *Educação em revista* nº 33, 7-45. Belo Horizonte, junho 2001.

MARANDINO, Marta. **Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não-formal e informal?** In: *Ciência e educação*, vol. 23, nº4. Bauru, oct-dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000400811 acesso em 28/03/2018.

PODESTÁ, Nathan Tejada de. **O autodidatismo na formação musical: revisão de conceitos e investigação de processos não escolares de aprendizagem e desenvolvimento musical.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SMITH, M. K. **What is non-formal education?** 1996. Disponível em: <<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>>. Acesso em 28/03/2018.

WILLE, Regiana Blank (2005) **Educação Formal, não formal e informal; um estudo sobre processos de ensino aprendizagem musical de adolescentes,** [em linha]- *Revista da Abem* nº13, p.38-48. Disponível em: www.abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/323/253 acesso em 15/03/2018

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-484-9

